

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

Ano XXI – Nº 124

Jan-Fev 2025

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Superior Tribunal de Justiça – nº 63/2008

Classificação Qualis/Capes: B1

Editor

Fábio Paixão

Coordenadores

Flávio Tartuce – Anderson Schreiber – Daniel Amorim Assumpção Neves
Débora Brandão – Fernanda Tartuce

Conselho Editorial

Ana Beatriz Presgrave – Ana Luiza Maia Nevares – Angelica Carlini
Arlete Aurelli – Carlos Nelson Konder – Cecília Asperti – Cesar Calo Peghini
Cláudia Lima Marques – Daniel Mitidiero – Ênio Santarelli Zuliani
Eroulths Cortiano Junior – Freddie Didier Junior – Giselda M. F. Novaes Hironaka
Gisele Góes – Gustavo Tepedino – Heloísa Helena Barboza – Humberto Theodoro Jr.
José Fernando Simão – José Rogério Cruz e Tucci – Luciano Martinez
Luiz Guilherme Marinoni – Marco Aurélio Bezerra de Melo – Marco Jobim
Maria Helena Diniz – Marília Pedrosa Xavier – Maurício Bunazar
Pablo Malheiros Cunha Frota – Pablo Stolze Gagliano – Rodolfo Pamplona Filho
Rodrigo Reis Mazzei – Rolf Madaleno – Sílvio de Salvo Venosa
Susana Henriques da Costa – Trícia Navarro

Colaboradores deste Volume

Ana Valéria de Jesus Ribeiro Miranda – André Antunes Soares de Camargo
Anselmo Prieto Alvarez – Antônio César Bochenek – Carlos Eduardo Montes Netto
Carmem Emanuele Garcia Medina – Diego Reschette Spagnoli
Fernanda de Oliveira Corrêa – Igor Bimkowski Rossoni – Jackeline Ferreira Paz
João Henrique Gonçalves Domingos – José Eustáquio de Melo Júnior
Leonardo da Rocha de Souza – Marcelo Negri Soares – Milena Calori Sena
Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira – Priscila Zeni de Sá
Wellington Junior Jorge Manzato

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com.br. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 5.000 exemplares.

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

v. 1 (jul./ago. 2004)-.- Porto Alegre: Magister, 2004

Bimestral.

v. 124 (jan./fev. 2025)

Coordenadores: Flávio Tartuce, Anderson Schreiber, Daniel Amorim Assumpção Neves, Débora Brandão e Fernanda Tartuce.

ISSN 1807-0930

1. Direito Civil – Periódico. 2. Processo Civil – Periódico.

CDU 347(05)

CDU 347.9(05)

Ficha catalográfica: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

Capa: Apollo 13

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Apresentação

A *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil* chega ao número 124 mais uma vez trazendo importantes temas para debate, tanto do ponto de vista teórico quanto prático.

Abrimos a edição com o artigo de Anselmo Prieto Alvarez e Milena Calori Sena, que trata sobre as *Reflexões quanto aos deveres de estabilidade, integridade e coerência – Análise do art. 926 do CPC*. Os autores propõem uma análise do art. 926 do CPC, que estabelece diretrizes fundamentais para a uniformização da jurisprudência pelos tribunais, visando garantir a segurança jurídica e a isonomia, como forma de consolidar um sistema jurídico previsível e justo.

Na sequência, temos o estudo intitulado *São as associações de direito privado legitimadas para a arbitragem coletiva tributária?*, de autoria de Carlos Eduardo Montes Netto, João Henrique Gonçalves Domingos e Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira. Os autores objetivam investigar se associações de direito privado são legitimadas para a arbitragem coletiva tributária e a questão envolvendo a eventual necessidade de representatividade adequada.

Logo após, temos o texto escrito por Igor Bimkowski Rossoni, cujo título é *Efeito devolutivo no Recurso Especial: como aplicar o direito?* O autor analisa o conceito de aplicação do direito consagrado no art. 1.034, *caput*, do CPC e de que forma se dá a interação entre os efeitos devolutivo, expansivo, translativo e o questionamento no ato de julgar o recurso especial.

A revista prossegue com artigo que estuda as principais características que emanam dos conflitos que ocorrem no ambiente de empresas familiares, propondo a mediação privada como forma mais adequada para prevenir e dirimir tais conflitos. O artigo tem o título *A mediação como ferramenta de governança nas empresas familiares para prevenção e solução de conflitos* e foi escrito por André Antunes Soares de Camargo conjuntamente com Ana Valéria de Jesus Ribeiro Miranda.

Dando continuidade à Doutrina, Antônio César Bochenek e Diego Reschette Spagnoli escrevem sobre a judicialização de litígios complexos, especialmente na área ambiental, tem por característica a demora e a inefetividade. O estudo está assim intitulado: *Demandas ambientais complexas e processo estrutural: o caso da poluição hídrica da Lagoa da Conceição*.

A seguir, o estudo *Direito à moradia digna com reflexos na privacidade e na dignidade da pessoa humana como indivíduo titular de direito da personalidade: efetivi-*

dade do agravo de instrumento nas ações possessórias, de autoria de Marcelo Negri Soares, Welington Junior Jorge Manzato e Carmem Emanuele Garcia Medina, trata do direito à moradia digna como componente essencial da dignidade humana e dos direitos da personalidade, e como este é protegido e efetivado por meio do recurso de agravo de instrumento nas ações possessórias no Brasil.

José Eustáquio de Melo Júnior e Jackeline Ferreira Paz examinam a base principiológica que sustenta a comunicação eletrônica nos atos processuais no âmbito do Direito Processual Civil brasileiro, com abordagem na utilização de novas tecnologias, como o WhatsApp, para a citação processual. O artigo intitula-se *A citação via WhatsApp no direito processual civil à luz dos princípios da segurança jurídica e da celeridade processual*.

Chegamos ao fim da doutrina com o texto *Direitos fundamentais na perspectiva civil constitucional e o agir comunicativo de Habermas*. Os autores, Leonardo da Rocha de Souza, Priscila Zeni de Sá e Fernanda de Oliveira Corrêa, concentram-se na análise dos direitos fundamentais a partir de uma perspectiva civil constitucional, explorando como esses direitos se originam e se concretizam por meio da interpretação de significados normativos.

A edição encerra com os acórdãos selecionados do STJ, eis que a revista é repositório autorizado de jurisprudência daquele tribunal.

Espera-se, portanto, que esse volume da *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil* continue fomentando o debate dos temas correlatos, como uma das mais importantes publicações científicas da área, em nosso País.

Boa leitura! Bons estudos! Boas reflexões.

Flávio Tartuce

Coordenador-Geral da Revista

Sumário

Doutrina

1. Reflexões Quanto aos Deveres de Estabilidade, Integridade e Coerência: Análise do Art. 926 do CPC
Anselmo Prieto Alvarez e Milena Calori Sena 7
2. São as Associações de Direito Privado Legitimadas para a Arbitragem Coletiva Tributária?
Carlos Eduardo Montes Netto, João Henrique Gonçalves Domingos e Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira 24
3. Efeito Devolutivo no Recurso Especial: como Aplicar o Direito?
Igor Bimkowski Rossini 48
4. A Mediação como Ferramenta de Governança nas Empresas Familiares para Prevenção e Solução de Conflitos
André Antunes Soares de Camargo e Ana Vália de Jesus Ribeiro Miranda 68
5. Demandas Ambientais Complexas e Processo Estrutural: o Caso da Poluição Hídrica da Lagoa da Conceição
Antônio César Bochenek e Diego Reschette Spagnolli 90
6. Direito à Moradia Digna com Reflexos na Privacidade e na Dignidade da Pessoa Humana como Indivíduo Titular de Direito da Personalidade: Efetividade do Agravo de Instrumento nas Ações Possessórias
Marcelo Negri Soares, Wellington Junior Jorge Manzato e Carmem Emanuele Garcia Medina 108
7. A Citação via WhatsApp no Direito Processual Civil à Luz dos Princípios da Segurança Jurídica e da Celeridade Processual
José Eustáquio de Melo Júnior e Jackeline Ferreira Paz 126
8. Direitos Fundamentais na Perspectiva Civil Constitucional e o Agir Comunicativo de Habermas
Leonardo da Rocha de Souza, Priscila Zeni de Sá e Fernanda de Oliveira Corrêa 149

Jurisprudência

1. Superior Tribunal de Justiça – Família. Ação de Oferecimento de Alimentos. Pedido de Desistência Formulado Antes da Apresentação da Contestação e Após a Fixação de Alimentos Provisórios para a Filha com Deficiência (Síndrome de Down). Indeferimento da Decisão Mantido pelo Acórdão Recorrido. Ofensa ao Art. 485, § 4º, do CPC Não Verificada. Observância do Art. 8º da Lei nº 13.146/2015 e dos Princípios Norteadores do Processo Civil. Recurso Especial Improvido
Rel. Min. Moura Ribeiro 164

2. Superior Tribunal de Justiça – Responsabilidade Civil. Ação de Indenização por Erro Médico. Laudos Periciais Conclusivos. Inexistência de Negligência, Imperícia ou Imprudência. Ausência de Nexo Causal entre o Ato Médico e a Incapacidade Laboral. Não Comprovação de Erro Médico <i>Rel^a Min^a Maria Isabel Gallotti</i>	172
3. Superior Tribunal de Justiça – Superendividamento. Processo de Repactuação de Dívidas. Fase Consensual (Pré-Processual). Audiência de Conciliação. Credor. Não Comparecimento Injustificado. Sanções Previstas no Art. 104-A, § 2º, do CDC. Aplicação. Possibilidade <i>Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva</i>	182
Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários	189